

INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZONICOS
PROGRAMA DE TRABALHO

- HOMEM E AMBIENTE NA AMAZONIA -

Usos potenciais da floresta e gestão social dos
recursos ambientais

INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZONICOS

Rua: Monte Castelo 380
82.500 Curitiba, Pr. Brasil
(041) 262-9494

Setembro, 1989

PROGRAMA DE TRABALHO DO INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZONICOS

- HOMEM E AMBIENTE NA AMAZONIA - Usos potenciais da floresta e gestão social dos recursos ambientais

I. INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZONICOS: OBJETIVOS E

AREAS DE ATUAÇÃO

O Instituto de Estudos Amazônicos - IEA - tem como objetivo principal elaborar e apoiar propostas de desenvolvimento para a Amazônia, pautadas nos interesses das populações locais e na peculiaridade dos recursos ambientais regionais. Criado em Curitiba, em novembro de 1986, sua atribuição principal tem sido fornecer subsídios e informações técnicas, realizar estudos e ações aplicadas, em apoio ao projeto de criação de Reservas Extrativistas na Amazônia, coordenado pelo Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS. Desenvolve atividades nos Estados do Acre, Amapá e Rondônia e, desde março deste ano, atua em educação ambiental na área urbana de Curitiba.

Foi o IEA a primeira instituição, no Brasil, a reconhecer o papel desempenhado pelos seringueiros na proteção das florestas e a colaborar com a formulação técnica da proposta das Reservas Extrativistas como uma das alternativas de utilização dos recursos ambientais na Amazônia. Coube ao IEA, também, a organização da articulação política que divulgou a proposta junto a organismos internacionais de desenvolvimento como BIRD, BID, UNEP, entre outros.

Em conjunto, CNS e IEA, realizaram ações decisivas, nos últimos três anos, para tornar a proposta de criação de Reservas Extrativistas na Amazônia uma realidade. A começar pela definição conceitual, inovadora tanto do ponto de vista da questão da terra quanto ambiental. Denomina-se RESERVA EXTRATIVISTA uma área já ocupada por populações que vivem dos recursos da floresta, regularizada através de Concessão de Uso, feita pelo Estado, para associações legalmente constituídas; explorada economicamente, segundo plano de manejo específico; e orientada para o benefício social das populações através de projetos de saúde e educação.

Após a definição conceitual e jurídica, várias etapas foram cumpridas na institucionalização da proposta:

- * Inserção da proposta de Reserva Extrativista no Plano Nacional de Reforma Agrária através da criação do Projeto de Assentamento Extrativista (Portaria No. 627 de 30 de julho de 1987/ INCRA).
- * Inserção da proposta de Reserva Extrativista como requisito para desembolso de recursos internacionais originados do BID e BIRD para áreas de floresta no Acre (PMACI) e em Rondônia (POLONOROESTE).
- * Organização de seminários com pesquisadores, técnicos governamentais e lideranças locais, para sistematização de pesquisas em andamento e elaboração de metodologia de implantação e gestão de Reservas Extrativistas. Em novembro de 1987, em Curitiba, com apoio da ABA e Ministério da Cultura; em janeiro de 1988, em Rio Branco, com apoio do Governo do Acre, WWF e Fundação Ford; em outubro de 1988, em Curitiba, com apoio da WWF, The Conservation Foundation e Fundação Ford.
- * Organização de reuniões nacionais e internacionais para lideranças do movimento dos seringueiros, como Chico Mendes, Raimundo de Barros e Osmarino Amâncio, com o objetivo de divulgar suas ações e protegê-los das ameaças contra suas vidas e o movimento.

O IEA, juntamente com o Environmental Defense Fund - EDF - colaborou para a projeção de Chico Mendes como legítimo representante de uma parcela da população amazônica que luta por melhores condições de vida sem destruição da floresta. Seu assassinato transformou a proposta dos seringueiros, de um dia para o outro, em tema de debate nos principais periódicos do mundo, estabelecendo um nível de consciência sobre a questão ambiental, nas áreas urbanas, inexistente até então.

Com o objetivo de consolidar uma opinião favorável ao uso sustentável dos recursos ambientais na Amazônia, o IEA criou, em conjunto com a Prefeitura de Curitiba, um Memorial em homenagem a Chico Mendes construindo no local, a réplica de uma casa e uma escola amazônicas. Está sendo desenvolvido um programa de Educação Ambiental para crianças e adultos, chamando atenção para alternativas de uso sustentável do meio ambiente como as que existem entre os seringueiros.

No período de 1986 a 1988 o trabalho do IEA esteve centrado na formulação técnica, divulgação e busca de apoio político para a proposta das Reservas Extrativistas. Nos próximos cinco anos o

IEA pretende contribuir para que essa proposta seja concretizada, demonstrando sua viabilidade econômica, social e ambiental em diferentes áreas da Amazônia.

Com base na experiência acumulada durante os últimos anos, nas demandas existentes para o IEA em vários campos de atuação e nas resoluções adotadas pelo Conselho Nacional dos Seringueiros, o Instituto planeja o desenvolvimento dos seguintes projetos ao longo dos próximos cinco anos:

1. DOCUMENTAÇÃO - PROJETO EDITORIAL: Sistematização da informação acumulada pelo Instituto e gerada em conjunto com outras instituições, para torná-la acessível a um público amplo, através de consulta à sua biblioteca e de publicações periódicas, servindo também de subsídios para a capacitação de pessoas para o trabalho de pesquisa na Amazônia.

2. TREINAMENTO - CURSOS DE ANTROPOLOGIA DA FLORESTA: Realização de treinamentos para pesquisadores, assessores, técnicos governamentais e lideranças locais a respeito das modalidades de utilização de recursos ambientais por populações extrativistas na Amazônia visando a qualificação de recursos humanos para a expansão do trabalho na região.

3. PESQUISA - MAPEAMENTO DOS USOS DA FLORESTA: Trabalho de levantamento de dados primários e secundários referentes aos usos atuais e potenciais dos recursos florestais na Amazônia nas áreas definidas como Reservas Extrativistas, buscando a identificação de alternativas econômicas novas para a floresta.

4. DIVULGAÇÃO - MEMORIAL CHICO MENDES: Atividades de educação ambiental visando a formação de uma nova consciência urbana sobre a Amazônia e os povos da floresta através da divulgação de alternativas sustentáveis de utilização dos recursos ambientais como as Reservas Extrativistas.

O IEA é uma instituição sem fins lucrativos e desenvolve seus projetos com recursos oriundos de agências humanitárias de desenvolvimento, fundações internacionais, órgãos governamentais, empresas privadas e associados. Tem um quadro técnico pequeno, formado por profissionais nas áreas das ciências sociais e ambientais e colaboradores em instituições de pesquisa, universidades e órgãos governamentais.

II. PROGRAMA DE TRABALHO - PRESSUPOSTOS E JUSTIFICATIVA

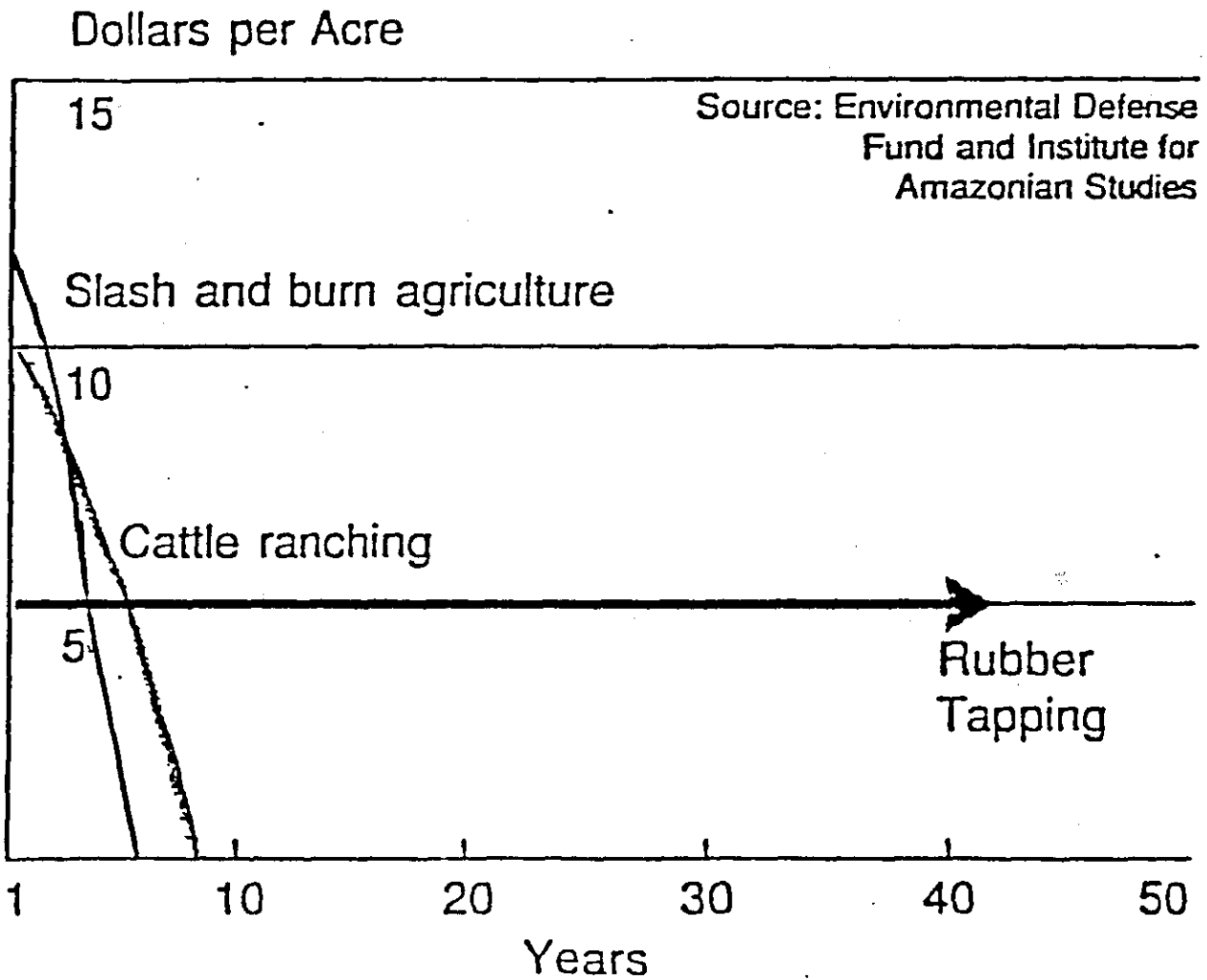
1. USOS POTENCIAIS DA FLORESTA

Há unanimidade entre pesquisadores e planejadores ambientais com relação aos fatores que poderão assegurar a continuidade das florestas tropicais existentes no planeta: a descoberta de usos econômicos novos e ampliação de mercado para produtos oriundos da floresta. Iniciativas nessa direção vêm sendo criadas rapidamente em decorrência da percepção de que será o consumo de bens que garantirá, a médio prazo, através do aumento de renda para os produtores, utilizações sustentáveis dos recursos ambientais. Ou seja, a oferta diversificada de produtos oriundos da floresta tropical poderá dar sustentação à tese do maior valor econômico da floresta em pé do que de sua transformação em agricultura ou pastagem. (Hecht, 1988)

Exemplo mais elaborado dessa tendência até o momento é a proposta da Cultural Survival - USA - de buscar mercado para comercialização direta de produtos oriundos de áreas nas quais desenvolvem-se projetos auto-sustentáveis de exploração da floresta, como é o caso de cooperativas de seringueiros e castanheiros no Acre. A comercialização desses produtos por uma indústria de alimentos nos Estados Unidos, a Jeremy Holt of Sudden Produce, levará em consideração peculiaridades da oferta decorrentes do fato de serem produtos nativos, não homogêneos, nem abundantes. A raridade se transformará, nesse caso, em qualidade a ser explorada em termos de marketing. (Clay, s/d).

A compra direta de resinas ou frutas nativas; iniciativas em turismo ecológico; linhas de "design" de moda; aquisição de áreas de florestas para serem doadas ao Conselho Nacional dos Seringueiros ou ao Instituto de Estudos Amazônicos, expressam um movimento numa direção nova: a valorização mercantil de um potencial que até então era reconhecido unicamente por especialistas ou pelas populações locais.

A idéia básica que sustenta essa discussão, nos meios acadêmicos, vem sendo demonstrada através de estudos comparativos que apontam o valor obtido com atividades agropecuárias, pastagens e extrativistas, durante um certo período de tempo, enfatizando resultados monetários menores para o último, porém com estabilidade social e ambiental maior, como pode ser visualizado no gráfico a seguir.



Estimated Economic Return of Alternative Land Uses in Acre, Brazil, as of early 1980s.

World Watch, Vol 2 nº3, May June 1989.

Mas a sustentabilidade do extrativismo pode ser avaliada, também, através de outros parâmetros. Seringueiros membros do CNS afirmam, desde o Encontro Nacional de 1985, que vivem melhor nos seringais do que na periferia das cidades da região e apresentam esse argumento como central na defesa das Reservas Extrativistas. Ou seja, afirmam que querem continuar vivendo na floresta e que é necessário introduzir modificações (escolas, atendimento de saúde, transporte, abastecimento) para evitar a migração para as cidades. (CNS, 1985).

Essa afirmação foi testada em um levantamento preliminar realizado conjuntamente pelo EDF e IEA em um seringal de Xapuri, o Cachoeira, durante os meses de outubro e novembro de 1987. (Schwartzman, s/d). A área tem 25 mil hectares, e moram lá 67 famílias totalizando 420 pessoas, com uma média, portanto, de 373 hectares por família. Esse seringal tem uma ocupação estável e antiga, com um tempo médio de residência de 11 anos sendo que 30% dos entrevistados moram no local há mais de 15 anos. A maioria absoluta da população residente tem origem no Acre (85% dos entrevistados) e em Xapuri (60%).

Essa estabilidade se expressa, também, na organização das atividades econômicas nas "colocações" (unidades familiares de produção). Há uma combinação de atividades extrativas de mercado (borracha e castanha) com outras para subsistência: agricultura, pequena criação de animais domésticos, coleta, caça e pesca. Essas atividades geravam uma renda monetária média familiar, na época da pesquisa, de US\$ 960.00/ano resultante da produção de 750 kg de borracha, e 4.500 kg de castanha. Considerando as outras atividades econômicas - cujos rendimentos não são monetários, obteve-se uma renda anual média de US\$ 1.500.00. Ficam excluídos dessa avaliação inúmeras transações comerciais com frutas, nativas e cultivadas, cultivo de vegetais, mandioca em estoque não transformada em farinha etc, que ocorrem entre colocações, geralmente entre grupos de parentes e asseguram um nível de abastecimento permanente.

Comparando os resultados dessa pesquisa com a renda regional registrada, em 1980, nos dados oficiais para a região norte do país, conclui-se que 50% da população economicamente ativa ganhava menos de 1 salário mínimo por mês, enquanto os seringueiros pesquisados tinham uma renda em torno de 2 salários mínimos/mês. Em termos monetários o valor dos produtos comercializados e o valor do consumo familiar são equivalentes, em torno de US\$ 1.000.00/ano. O que permite um excedente é o uso da floresta e da agricultura de subsistência porque essas atividades diminuem o valor gasto com consumo.

A renda obtida com produtos da floresta ocorre, nesse caso, em uma área na qual os seringueiros trabalham como autônomos, sem nenhuma assistência e tecnologia, manejo ou busca de novos produtos. A transformação de uma área como essa em Reserva Extrativista deverá possibilitar uma intervenção planejada no sentido de aumentar a renda gerada, potencializar o uso atual da floresta e identificar novos produtos para serem explorados no futuro.

2. GESTÃO SOCIAL DOS RECURSOS AMBIENTAIS

A idéia de "fronteira de recursos" presente nos projetos governamentais para a região amazônica expressa a concepção tradicional que vê a região como um imenso espaço vazio a ser ocupado por atividades econômicas rentáveis, transpondo para lá tecnologias que demonstraram eficiência no centro sul do país. Fica sub-entendida outra idéia: a de que as populações que vivem lá não geram riquezas nem tem significado político, social ou cultural, podendo ser ignoradas seja como agentes de desenvolvimento ou como beneficiárias potenciais.

Embora as estatísticas oficiais sejam precárias com relação à ocupação no interior da floresta, o Censo Demográfico de 1980 mostra que a população que depende da floresta para viver, na Amazônia, constitui 1,5 milhão de pessoas, ou seja, 10% da população regional total, sem considerar aqueles que, desenvolvendo atividades agrícolas ou urbanas, mantêm laços econômicos de dependência com a floresta.

Essa população organiza as atividades econômicas, na maior parte dos casos, em variações em torno do "sistema de avião", ou seja, troca de produtos extraídos da floresta por alimentos. Varia de região para região o número de elos na cadeia de intermediação que conecta locais de extração com o mercado consumidor. É uma regra predominante na região a desvalorização mercantil dos produtos extraídos da floresta e a submissão do coletor a regras e procedimentos coercitivos e não monetários para o exercício do controle sobre territórios e produtos.

Outra constatação importante é o fato de, em todas as situações nas quais coletores e extratores passaram a exercer a atividade por conta própria ou em pequenas cooperativas, terem aumentado quase imediatamente a renda familiar, reordenando e diversificando o uso da floresta. Exemplo de iniciativas como essas existem em Sena Madureira, em Xaburi, em Cruzeiro do Sul no Acre; no Amapá, e iniciando em Rondônia. Isso não significa que não existam problemas para garantir a continuidade da atividade.

São muitos e decorrem da descapitalização estrutural desses produtores e da sua total inexperiência e desconhecimento de formas mais modernas de comercialização.

Nesse contexto recente de valorização da floresta e busca de alternativas de capitalização dos extratores, uma questão não vem sendo adequadamente analisada: as dificuldades existentes, por parte das populações locais, para virem a exercer um maior controle sobre os territórios e os resultados econômicos e políticos da utilização da floresta. Existem variáveis históricas e estruturais relacionadas com a predominância das atividades anteriores ligadas ao aviamento que precisam ser profundamente conhecidas para serem modificadas. E depende da compreensão dessas mudanças, por parte dos grupos locais, para que o resultado dessas iniciativas transforme, efetivamente, a renda familiar.

Alguns exemplos podem ajudar a compreensão. Não existe, no sistema de coleta e extração de produtos da floresta, como a borracha e a castanha, divisão de trabalho no interior das diferentes etapas da atividade econômica. Cada unidade de produção explora uma parte da floresta e dentro da família, cada filho em idade produtiva, utiliza um segmento dessa divisão maior. Modificações nessa estrutura, visando comercialização conjunta de produtos, deve considerar a inexistência de experiência anterior. Além disso, nestas regiões, é o "patrão" quem exerce funções de distribuição de bens econômicos e de regularização das relações sociais; além de controlar as transações comerciais, ocupa o lugar do poder público, fazendo leis e oferecendo serviços, pelos quais cobra tanto monetariamente quanto simbolicamente. Ou seja, recebe em troca "lealdades" de todos os tipos.

A modificação dessas relações, culturalmente significativas para as populações locais, não se dá através de projetos econômicos. Ao contrário, qualquer tentativa de modificação dos termos de organização da produção ou comercialização de produtos da floresta requer a prévia compreensão das redes de relações sociais, inclusive de parentelas, em vigência na região. Além disso, existe grande variedade de formas de manifestação do "aviamento" dentro da região amazônica, que precisam ser conhecidas e compreendidas..

O único elemento que poderá garantir uma nova forma de relação social na região, será a capacidade dessas comunidades locais de assumirem a gestão e o controle das decisões relativas à utilização econômica dos recursos existentes na área. Nesse processo, a aquisição de instrumentos básicos de autonomia, institucionalizados através da concessão de uso e das organizações comunitárias, é essencial. A criação de escolas para

adultos que tornem acessíveis os instrumentos de comunicação essenciais da nossa sociedade letrada, ao lado de associações, cooperativas, sindicatos, poderá permitir à comunidade o controle sobre as decisões, sobre as alternativas em elaboração e os projetos dos outros grupos sociais para aquela região.

Deve-se considerar, por último, que existe uma estrutura social e cultural consolidada na região, mantida por gerações, originada há mais de cem anos, no início da economia da borracha, que não será modificada se não for compreendida pelos protagonistas. Ou seja, é preciso que os agentes da mudança interiorizem as alternativas e as considerem viáveis para que não somente elas ocorram, como passem a fazer sentido para eles. Esse processo requer tempo e metodologia específica para ser realizado. O produto final será o controle, permanente e autônomo, por parte dos grupos sociais que vivem na região, do processo de transformação da realidade.

Em síntese, a proposta de Reserva Extrativista, sem ser considerada uma espécie de "salvação da Amazônia", pode representar um novo parâmetro para a utilização dos recursos naturais, na medida em que se fundamenta no fato de que a floresta constitui a base econômica de reprodução dessas populações. Essa é a maneira mais eficaz de conservação do meio ambiente: através de sua utilização econômica. Ao mesmo tempo, será necessário tornar essas áreas mais capitalizadas, para que possa aumentar a renda das populações locais. Por último, devem ser estabelecidos critérios claros de gestão e definição de competências, por parte do Estado e das comunidades, para que essas áreas possam se manter estáveis no tempo e não sofrerem injunções políticas conjunturais.

III. METODOLOGIA DE IMPLANTAÇÃO DE RESERVAS EXTRATIVISTAS

Existem atualmente na Amazônia, 15 áreas destinadas à implantação de Reservas Extrativistas, totalizando cerca de 2 milhões de hectares, beneficiando aproximadamente 3.500 famílias. (Ver quadro em anexo). Algumas resultaram de intensos conflitos pelos direitos de posse, como é o caso do Serinoal Cachoeira, resultado do assassinato de dois líderes, Chico Mendes e Ivair Higino, em Xapuri, no Acre. Outras, correspondem a decisões governamentais sobre territórios desconhecidos por parte do CNS, cujos habitantes também ignoram a proposta.

A maior parte resulta da destinação, pelo Estado, de áreas sem problemas fundiários, em locais da Amazônia nos quais não existe trabalho sendo realizado pelo CNS, ou outras entidades a ele relacionadas. As áreas reivindicadas pelo CNS estão localizadas em regiões de conflitos e de interesse de grandes proprietários, razão pela qual os pedidos não são atendidos.

Apesar de nenhuma Reserva ter sido, ainda, integralmente constituída, ou seja, não existe ainda "Concessão de Uso" regulamentada, um conjunto de procedimentos dão vida ao processo de criação de uma Reserva. Essa metodologia envolve uma sequência de atividades e critérios, baseados no documento final do Seminário "PLANEJAMENTO E GESTÃO DO PROCESSO DE CRIAÇÃO DE RESERVAS EXTRATIVISTAS NA AMAZONIA, organizado pelo Instituto de Estudos Amazônicos em outubro do ano passado, sintetizados a seguir:

1. O processo de implantação de Reservas Extrativistas deve ser acompanhado de um controle social por parte dos setores envolvidos com sua implantação. Esse controle depende da existência de organização por parte das populações que se envolverão com a implantação das Reservas. Em todos os casos é necessário conectar a implantação das Reservas com processos orientados de inserção das populações locais no planejamento.
2. Nas áreas onde as populações locais não estão organizadas em sindicatos, associações ou cooperativas, o processo de implantação das Reservas Extrativistas deve ser feito com base em um planejamento participativo envolvendo, desde o início, as populações beneficiadas pela intervenção governamental como co-gestoras do processo. Sem esse requisito, e sem essa preocupação metodológica, tenderão a resultar em iniciativas burocráticas que não se sustentarão no tempo, exatamente porque não consideram o pressuposto fundamental que está na base da proposta: a interação já existente entre homem e natureza.
3. As áreas destinadas para Reservas Extrativistas devem se constituir em "locus preferencial", de pesquisas básicas voltadas para a definição de modos racionais de aproveitamento dos recursos naturais na Amazônia, que beneficiem a população regional e nacional e interfiram, dando suporte científico, no desenvolvimento da região.
4. Para evitar distorções na implantação das Reservas, é necessário realizar um mapeamento das formas sociais e econômicas de uso e exploração da floresta, em escala amazônica, evidenciando o real uso do território e demonstrando, concretamente, onde estão as áreas que devem ser garantidas como Reservas Extrativistas.

5. Deve-se realizar estudos ecológicos sobre os recursos naturais existentes nas áreas designadas para Reservas, visando seu aproveitamento racional e intensivo, através de técnicas tais como tratamentos culturais para aumento da produtividade, enriquecimento e regeneração natural, criação de animais silvestres, etc.

6. São necessários estudos sócio-econômicos sobre as populações presentes nas áreas designadas para Reservas Extrativistas, visando determinar modelos adequados para a ocupação humana dessas áreas, a racionalização e possível intensificação de sua exploração, através da formação de cooperativas, redes de comercialização, diversificação de produtos comercializados, etc.

7. Desenvolver estudos econômicos (micro e macro) visando avaliar a viabilidade das Reservas Extrativistas e as alternativas de comercialização de seus produtos.

8. Pesquisas que visam subsidiar ou cientificamente fundamentar a implantação das Reservas Extrativistas deverão contar com a aprovação e participação das comunidades afetadas e do CNS. Propostas e projetos de pesquisa sobre Reservas Extrativistas também deverão procurar mostrar, da forma mais transparente possível, a utilização de dados científicos no processo de planejamento e gerenciamento dos projetos.

As experiências mais desenvolvidas encontram-se, atualmente, no Acre, onde existe uma articulação entre o CNS, entidades de assessoria como o Centro dos Trabalhadores da Amazônia e o órgão governamental responsável, FUNTAC, visando a implantação de projetos sociais e tecnológicos, aplicados e de pesquisa. Nas outras regiões esse processo é ainda incipiente, e apresenta menores níveis de controle, por parte das populações locais, em função da pouca organização que apresentam.

A última reunião do CNS com instituições de assessoria, realizada em agosto passado no Acre, definiu dois campos prioritários de ação: 1) a consolidação das Reservas criadas no Acre através de projetos econômicos e sociais e 2) o acompanhamento, desde o início, do processo de implantação das Reservas nas áreas da Amazônia nas quais o trabalho está em expansão (Amapá, Rondônia, Amazonas e Pará).

O IEA definiu sua atuação nessa nova frente, procurando seguir a mesma metodologia adotada até o momento no Acre, de cuja elaboração participou direta e intensamente. Com esse objetivo o

trabalho do IEA será desenvolvido de acordo com uma sequência de atividades, nas diferentes áreas de atuação apontadas inicialmente, de acordo com a seguinte metodologia:

A - Sistematização da documentação existente no Instituto referente ao processo ocorrido nos últimos dez anos no Acre e que desembocou na organização do movimento dos seringueiros e na proposta das Reservas Extrativistas. A publicação dessas informações servirá de subsídios para a capacitação de pessoas e a realização de pesquisas. Esse é o Projeto Editorial.

B - Treinamento de equipe interna, agregando pessoas próximas ao Instituto que têm interesse em se incorporar imediatamente ao trabalho na Amazônia, visando capacitar um grupo de pessoas na metodologia utilizada no Acre. Esse grupo dará início ao trabalho de implantação de Reservas, acompanhando áreas previamente identificadas. Projeto Cursos de Antropologia da Floresta.

C - Realização de pesquisa antropológica, de levantamentos sócio-econômicos e inventários de recursos naturais, com o objetivo de identificar usos atuais e potenciais nas áreas destinadas às Reservas e realizar Planos de Ação visando o manejo adequado dos recursos, a gestão do processo pelas comunidades e a auto-sustentação das atividades. Projeto Mapeamento dos Usos da Floresta.

D - Divulgação permanente da experiência desenvolvida na Amazônia, junto a públicos urbanos, com o objetivo de formar consciência e criar apoio às atividades, estimulando sua reprodução em outras partes do país. Projeto Memorial Chico Mendes.

Estes projetos estão integrados em uma sequência lógica e conceitual. A implantação das atividades segue uma ordem hierárquica, iniciando pela sistematização da documentação simultaneamente ao treinamento interno; concluídas estas etapas serão planejados novos cursos, coordenados pelos elementos já treinados. Ao mesmo tempo, terá início o trabalho de pesquisa, realizado pelo primeiro grupo treinado, com a alocação prevista de duas pessoas por área, num total de 4 áreas. Esse número poderá ser o dobro, se as equipes forem formadas em pares, cada pesquisador sendo alocado em área geográfica próxima da do outro.

A sistematização da informação, por outro lado, acrescida do levantamento de dados secundários e do conhecimento da literatura existente, permitirá a escolha das áreas nas quais será

desenvolvido o trabalho, a realização de relatórios tecnicamente fundamentados e a divulgação dos resultados do trabalho para públicos mais amplos.

O objetivo desse programa é obter, ao final de dois anos, informação organizada e acessível sobre a história e a metodologia de criação de Reservas Extrativistas; capacitar permanentemente recursos humanos para acompanhar o CNS no processo de implantação de Reservas nas áreas onde tem atuação incipiente; produzir relatórios técnicos sobre as áreas trabalhadas num total de no mínimo 4 e, no máximo, 8 áreas; elaborar Planos de Ação em conjunto com as comunidades locais que permitirão o desenvolvimento das atividades de criação das Reservas Extrativistas e, finalmente, implantar base urbana permanente de divulgação das questões da Amazônia.

Os projetos apresentados a seguir definem objetivos específicos, metas e produtos almejados para os próximos dois anos (1990 e 1991). Ao final desse processo e tendo concluídos os Planos de Ação será realizada uma avaliação do trabalho e planejada a sua continuidade. O IEA assumirá então, em conjunto com o CNS e outros grupos locais de apoio, a responsabilidade de colocá-los em prática nos outros três anos, totalizando um Programa de Trabalho para o período de 1990-1995.

IV. OS PROJETOS

O desenvolvimento de um programa de trabalho que se fundamenta nos pressupostos apresentados, implica na implementação de diferentes projetos, cada um dos quais relacionado com as áreas de atuação do Instituto e com metodologia especificamente definida. Todos estão integrados entre si em função do objetivo maior: viabilizar alternativas de desenvolvimento para a região amazônica que levem em consideração as características dos seus recursos naturais e as necessidades das populações locais.

1. DOCUMENTAÇÃO - Projeto Editorial

No decorrer dos últimos anos o IEA acumulou larga experiência e um profundo conhecimento sobre as condições das populações e dos recursos extrativistas na Amazônia. Possui

importante acervo de documentos, teses, artigos, ensaios, textos, relatórios técnicos e dados primários inéditos, aguardando sistematização e divulgação. Muitos desses documentos são resultados de reuniões, encontros e seminários, registrando os encaminhamentos político-institucionais, organizativos e conceituais-metodológicos desenvolvidos para consolidação da proposta das Reservas Extrativistas.

Com o recente despertar das preocupações com a Amazônia, a demanda nacional e internacional por informações ultrapassou o limite do círculo de pessoas anteriormente nelas interessadas e diretamente envolvidas. Por outro lado, na medida em que a implantação das Reservas Extrativistas está resultando em efetiva transformação da realidade amazônica, tanto através do trabalho hoje desenvolvido pelo Conselho Nacional dos Seringueiros quanto de órgãos governamentais como o INCRA e o IBAMA, surge a necessidade de repassar as informações disponíveis no acervo documental do IEA.

Essas demandas não têm sido satisfatoriamente atendidas em razão de estar a documentação organizada de forma precária e as consultas e circulação de informações se limitarem ao espaço interno do Instituto. Atendê-las implica na estruturação de uma área específica de atuação e na implementação de atividades que lhe são peculiares.

Esse trabalho deverá ter como resultado a produção de boletins informativos, cartilhas, artigos, ensaios, monografias, periódicos, etc, refletindo fundamentalmente o processo de criação, implantação e gestão das Reservas Extrativistas pelas comunidades locais. Deverá abordar, ainda, questões específicas e técnicas de interesse jornalístico e acadêmico.

Numa primeira etapa os objetivos do projeto serão atingidos através das seguintes publicações:

a) Edição periódica de Boletim Informativo destinado especificamente para o Conselho Nacional dos Seringueiros e as lideranças locais da Amazônia envolvidas com a implantação das Reservas. A partir de consulta prévia será definida a temática e conteúdos específicos a serem repassados. A edição desse material informativo visa a democratização da informação como subsídio para o fortalecimento e autonomia do movimento social estruturado em torno da proposta das Reservas Extrativistas.

b) Sistematização de toda a informação e documentação referente à metodologia desenvolvida pelo Instituto em sua atuação no Acre. Essa sistematização se transformará no conteúdo conceitual e metodológico a ser desenvolvido na área de treinamento.

c) Edição periódica de uma publicação que divulgue a produção teórico-conceitual, técnico-metodológico e investigativa do Instituto e de outras instituições similares para uma rede de pesquisadores, assessores, técnicos governamentais, dentre outros, envolvidos diretamente com a implantação das Reservas Extrativistas.

Num primeiro momento do trabalho, deverá ser efetuada a catalogação, por técnico especializado, do acervo existente. Paralelamente, buscar-se-á, junto ao CNS, a definição das prioridades informativas assim como as formas mais adequadas de circulação do Boletim Informativo. Cabe ainda a organização de uma rede de interessados nos produtos planejados, garantindo a geração permanente de informações.

PRODUTOS ALMEJADOS:

- a) 12 Boletins Informativos
- b) 1 Publicação sobre a experiência do Acre
- c) 2 Diagnósticos de Área (Amapá e Rondônia)
- d) 4 Relatórios de Pesquisa (ou oito)
- e) Edição do material do Treinamento
- f) Edição dos Anais das Reuniões Técnicas já realizadas.

2. TREINAMENTO - Cursos de Antropologia da Floresta

A possibilidade de consolidar e ampliar novas áreas de Reservas Extrativistas, hoje, na Amazônia, depende da organização permanente e autônoma de populações tradicionalmente envolvidas com a floresta. Para isso três tipos de treinamentos devem ser realizados. Um, destinado a assessores e pesquisadores que irão envolver diretamente com a criação das Reservas Extrativistas em apoio ao movimento dos seringueiros. Outro, para técnicos governamentais, inseridos em órgãos estaduais e federais, com o objetivo de fornecer elementos de informação e reflexão a respeito da metodologia de gestão de áreas extrativistas. O terceiro, para lideranças locais visando instrumentalizá-los para o trabalho de organização comunitária.

Esse projeto está sendo denominado de Antropologia da Floresta porque pretende desenvolver, nos diferentes treinamentos, a capacidade de observar, apreender, aprofundar o método de pesquisa participativa e conhecer a realidade dos trabalhadores extrativistas tal como ela se apresenta a eles, ou seja, a partir do ponto de vista daqueles com os quais se pretende trabalhar.

Essa abordagem não esgota o campo de capacitação necessário à implantação das Reservas. É, no entanto, essencial. Sem compreender, apreender e respeitar o que querem as populações extrativistas para si mesmas, qual a potencialidade de organização e gestão que apresentam, qual a dinâmica interna das relações sociais e econômicas, não é possível planejar a intervenção e a sequência de mudanças a serem introduzidas nas áreas. Novas tecnologias, metodologias e alternativas de uso dos recursos devem ser consideradas.

Um plano de ação visando uma melhor utilização dos recursos ambientais e a melhoria das condições de vida existentes nas Reservas, constitui um objetivo a ser alcançado com a combinação de diferentes áreas de conhecimento e com a contribuição, decisiva, das universidades e centros de pesquisa especializados.

Esse plano deve ser antecipado de estudos e levantamentos de caráter antropológico que apresentem a perspectiva local, própria das comunidades extrativistas, com toda a diversidade interna e regional que apresentam. Esse foi o procedimento metodológico adotado no Acre desde o início e é um dos elementos que garante a eficácia do modelo ali desenvolvido. Sua reprodução em outras áreas da Amazônia requer a aplicação dos mesmos procedimentos metodológicos e não a transposição mecânica dos resultados.

O ponto de partida para o desenvolvimento desse projeto é a capacitação imediata, através de curso realizado internamente, de uma equipe básica de técnicos empenhados em executar, nas suas diferentes etapas, o programa de trabalho do IEA nos próximos anos.

O IEA dispõe, atualmente, de oito pessoas aptas para dar início a um processo interno de treinamento que prevê, em sua etapa conclusiva, a ida desses técnicos a áreas extrativistas da Região Amazônica, com o objetivo de dar início, de imediato, à ampliação de quadros capacitados a atuar nas Reservas Extrativistas. Ao final desse processo, espera-se aperfeiçoar a estrutura básica dos Cursos de Antropologia da Floresta e viabilizar a permanência daqueles técnicos, como assessores, na área, com vistas à execução de pesquisas básicas de caráter antropológico e à organização comunitária das populações

assentadas. Espera-se que o projeto Antropologia da Floresta, multiplique recursos humanos capacitados a contribuir efetivamente - pela ampliação do treinamento, pela pesquisa e pelo trabalho comunitário - na implantação das Reservas Extrativistas.

PRODUTOS ALMEJADOS:

- a) Capacitação da equipe interna - 8 técnicos
- b) 2 Cursos para Pesquisadores Assessores
- c) 2 Cursos para Técnicos Governamentais
- d) 2 Cursos para Lideranças Locais
- e) 4 Relatórios de Campo - (ou oito).

3. PESQUISA - Mapeamento dos Usos da Floresta

Nas últimas décadas a Amazônia tem sido explorada economicamente a partir da transposição, para a região, de atividades desenvolvidas em outras partes do país, tais como agricultura e pecuária, como se em nada importasse a existência de um conjunto peculiar de ecossistemas. Não se pode afirmar que isso seja surpresa na expansão capitalista para qualquer região com pequena inserção no mercado. No caso da Amazônia, porém, ficou esquecido, durante os últimos tempos, o fato de que essas atividades estavam sendo desenvolvidas sem considerar possíveis limitações derivadas de características naturais, ou alternativas sociais e econômicas baseadas nesses recursos.

É muito recente a aceitação da idéia, entre pesquisadores, de que a floresta tropical possa se constituir em base para um outro conjunto de atividades econômicas, todas derivadas do uso potencializado dos recursos naturais (Peters et alli, 1989). Pesquisas nessa direção vêm sendo realizadas, considerando produtos isolados; pouco se conhece, no entanto, a respeito do uso da floresta como uma totalidade, ou seja, através de diferentes atividades econômicas (coleta, extração, caça, pesca, pequena agricultura, criação doméstica de animais), forma através da qual a maior parte da população tradicional da região obtém a sobrevivência.

Este projeto pretende investigar em profundidade os usos e formas de exploração dos recursos naturais realizados pelas comunidades extrativistas, a partir da resposta às seguintes questões: como é utilizada a floresta? quem vive nesses territórios? como são atualmente explorados? qual o potencial de

exploração que apresentam? qual a metodologia mais adequada para que sua exploração seja realizada tanto do ponto de vista sócio-econômico como ambiental? como se integram as diferentes atividades econômicas exercidas?

O objetivo do projeto é realizar os primeiros levantamentos de caráter econômico, social, florestal e antropológico, integradamente, nas áreas já destinadas à implantação de reservas na Amazônia. Parte-se da idéia de que o conhecimento da forma atual de uso é condição e pressuposto para uma correta exploração dos recursos ali predominantes.

A forma através da qual essa pesquisa será feita segue o mesmo procedimento já adotado para a região do Acre na qual teve origem a proposta de criação de Reservas Extrativistas. A primeira etapa consiste na identificação dos usos da floresta - ou seja, a maneira através da qual a população utiliza e sobrevive da floresta e de seus recursos. A seguir, estabelece-se um processo de discussão com as comunidades a respeito das alternativas existentes para melhor utilizar esses recursos identificados. Por último, estabelece-se um plano de ação baseado tanto na pesquisa quanto nas demandas identificadas.

Primeira Etapa: Uso Atual da Floresta

As populações que hoje habitam a floresta têm uma tradição baseada na exploração diversificada de recursos. Complementam-se atividades de extração (látex e resinas), coleta (frutos, amendôas, palmeiras), caça, pesca e agricultura de subsistência. A forma como essas atividades se combinam, quais as predominantes e as que se subordinam às demais, varia muito de uma área para outra.

São muito diferentes, também, as formas pelas quais os diferentes grupos sociais se relacionam entre si para obter a sobrevivência através da exploração da floresta. Em alguns casos predominam relações de aviamento, em outros de arrendamento, de exploração autônoma ou mesmo formas combinadas entre si.

O levantamento dessa realidade deve combinar diferentes abordagens: um inventário dos recursos naturais, um diagnóstico sócio-econômico e um estudo antropológico das relações sociais predominantes. Todas essas informações constituem requisito básico para o planejamento de usos alternativos.

Na medida em que os recursos da floresta estão em uso é importante definir, como metodologia constitutiva a esse levantamento, a participação das comunidades investigadores-colaboradores, uma vez que o objetivo do levantamento é a identificação do uso social específico.

Segunda Etapa: Identificação das Potencialidades

Após o conhecimento da realidade dos recursos existentes e de seu uso, é fundamental analisar aspectos inadequados que necessitam de modificação e outros potenciais que podem ser introduzidos. Esse levantamento resulta da análise comparativa realizada entre o diagnóstico e as necessidades dos grupos sociais.

Farte-se da idéia de que usar a floresta e dela sobreviver por gerações seguidas não implica em desconsiderar possíveis modificações nas modalidades de uso. Implantar Reservas Extrativistas significa a introdução planejada de modificações na realidade de tal forma que possam beneficiar efetivamente as comunidades e resultar em exploração mais racional dos recursos naturais.

A transformação de potencialidades econômicas em programas de ação depende não somente da identificação dos recursos naturais, mas do conhecimento dos usos existentes. Modificações somente serão incorporadas se puderem ser compreendidas pelas comunidades locais e resultarem em benefícios reais e permanentes.

Terceira Etapa: Plano de Ação para a Floresta

O estabelecimento de um plano de ação para a área investigada é um dos produtos da pesquisa e deve contemplar alternativas para o futuro. Garantir melhores preços para os produtos da floresta constitui um dos aspectos a serem contemplados nesse plano. É preciso, simultaneamente, identificar as condições de sustentação econômica e ambiental que as comunidades apresentam. Ou seja, um plano de ação requer um conjunto integrado de medidas a serem adotadas planejadamente pelas comunidades e órgãos governamentais.

Experiências revelam que, pelo fato da estrutura de comercialização dos produtos da floresta ser marcada pelo monopólio, cada vez que grupos locais tentam romper com esse ciclo encontram impecilhos derivados do controle que setores econômicos exercem sobre as áreas de coleta e extração. Romper

regras tradicionais sem imediatamente colocar outras em seu lugar, significa criar um espaço de grande vulnerabilidade aos grupos locais.

Um plano de ação requer medidas locais de caráter organizativo/associativo, articulação com o mercado e distribuição de lucros obtidos visando a reprodução a longo prazo da experiência.

PRODUTOS ALMEJADOS:

- a) 4 Relatórios de Campo (ou 8)
- b) 4 Planos de Ação para Reservas Extrativistas (ou 8).

4. DIVULGAÇÃO - Projeto Memorial Chico Mendes

Inaugurado em 22/03/89, o Memorial Chico Mendes, situado no interior do Bosque Gutierrez - área urbana de preservação - é uma homenagem que o Instituto de Estudos Amazônicos e a Prefeitura de Curitiba prestam ao líder sindical e ambientalista morto em dezembro passado. Chamado a administrar o espaço, o IEA está elaborando um programa de educação ambiental inspirado na experiência que vem desenvolvendo na Amazônia com populações extrativistas.

O Projeto Memorial Chico Mendes, em fase de implantação, prevê o desenvolvimento de dois conjuntos distintos porém complementares de atividades: de recuperação e de educação ambiental.

O desenvolvimento de cada um desses conjuntos de atividades visa fundamentalmente socializar a informação relativa ao uso sustentado dos recursos naturais, implementar o debate em torno de questões ambientais e tornar pública a informação acumulada pelo IEA sobre a Amazônia, os povos da floresta e a proposta das Reservas Extrativistas.

A partir da constituição de equipe de trabalho interinstitucional e multidisciplinar, pretende-se transformar o local em foco disseminador de propostas de uso adequado e auto-sustentado do meio ambiente.

Visando a adequação da área para o desenvolvimento do projeto, algumas atividades estão em andamento : a identificação e catalogação das espécies existentes e a demarcação e sinalização das trilhas ecológicas de observação. Em fase de planejamento, encontra-se a construção de espaço para herbário, laboratório e viveiro de mudas que darão suporte científico para as atividades educacionais. Simultaneamente, iniciativas específicas da área de educação ambiental vem sendo implementadas: a) didáticas, através de aulas-públicas para uma clientela infanto-juvenil frequentadora do Bosque; b) treinamento de recursos humanos (palestras, pequenos cursos para funcionários e professores da Prefeitura Municipal de Curitiba); e culturais, através de eventos de caráter ambientalista.

A viabilização integral do projeto ocorrerá com a construção de uma área de exposições e auditório a cargo da Prefeitura Municipal de Curitiba, onde se desenvolverão, posteriormente, as atividades previstas na área de educação ambiental.

PRODUTOS ALMEJADOS:

- a) 12 eventos culturais-ambientais
- b) 4 cursos sobre Homem e ambiente na Amazônia
- c) 1 publicação sobre Metodologia de Educação Ambiental
- d) 4 exposições sobre Amazônia.

V. CONCLUSÃO

O Programa de Trabalho do IEA - HOMEM E AMBIENTE NA AMAZONIA - Usos potenciais da floresta e gestão social dos recursos ambientais, é ambicioso, na medida em que procura desencadear várias áreas e atividades simultaneamente, todas de grande nível de complexidade; é porém realista, uma vez que todas elas existem potencialmente no Instituto. Trata-se mais da coordenação e busca de novos produtos, a partir da síntese do trabalho realizado até aqui.

Os recursos necessários para desencadear esse conjunto de atividades estão planejados para os próximos dois anos, 1990 e 1991. A partir daí será realizado um balanço dos resultados alcançados que será a base da programação dos anos seguintes.

Esse é o momento de multiplicar, através da ação organizada de um conjunto de entidades, a área de atuação que o movimento dos seringueiros abarca na Amazônia. Divisão de trabalho, organização

institucional, profissionalismo, capacitação de quadros, incorporação de novas áreas de especialização, são requisitos que vão permitir um efeito multiplicador sem perda da autonomia política que até o momento o Conselho Nacional dos Seringueiros e as entidades que o assessoram, como o Instituto de Estudos Amazônicos, têm sobre esse processo.

O assassinato de Chico Mendes, líder maior desse movimento e inspirador de muitas das ações programadas pelo IEA - de cujo Conselho Consultivo ele era membro - precisa deixar marcas profundas na Amazônia, impedindo sua destruição e garantindo a valorização de seus recursos naturais e humanos.

VI. BIBLIOGRAFIA

1. ALLEGRETTI, Mary Helena. ed. Dossiê sobre o I Encontro Nacional dos Seringueiros da Amazônia. Brasília, INESC, 1985.
2. CLAY, Jason. Marketing sustainably collected tropical forest products. Cambridge, Cultural Survival, s.d.
3. DURNING, Alan. Cradles of life. World Watch, 2(3): 30-40, may june. 1989.
4. HECHT, Susanna. e SCHWARTZMAN, Steve. The good, the bad and the ugly: extraction, colonist agriculture and livestock in comparative economic perspective. Los Angeles, UCLA, s/d, mimeo.
5. PETERS, Charles et Alii. Valuation of an Amazonian rainforest. Nature, (339): 655-656, june. 1989.
6. SCHWARTZMAN, Steve. Extractive Reserves: rubber tappers strategy for sustainable use of amazon forest. Washington, DC, EDF, 1987. mimeo

VIII. CRONOGRAMA

	1990												1991											
ATIVIDADES	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
EDITORIAL																								
12 Boletins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
3 Diag Area	-----																							
4 Rel. Pesq.										-----												-----		
4 Anais				-----						-----						-----						-----		
TREINAMENTO																								
Eq. Interna	---												---											
Pesquisad.	---								-----				---								-----			
Tec. Gov.	---								---				---								---			
Lideres					---													---						
Rel. Campo									-----												-----			
PESQUISA																								
Pesq. Campo					-----													-----						
Planos Acao									-----												-----			
DIVULGACAO																								
12 Eventos	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	
4 Cursos				---						---						---					---			
1 Public.						---												---						
4 Expos.				---						---						---					---			

IX. ANEXOS

SIGLAS CITADAS

ABA	Associação Brasileira de Antropologia
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
EDF	Environmental Defense Fund
FUNTAC	Fundação de Tecnologia do Estado do Acre
PMACI	Programa de Proteção ao Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas
POLONOROESTE	Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil
WWF	World Wildlife Fund

Quadro Geral dos Projetos de Assentamento Extrativista (PAE) oficialmente criados e em criação na Amazônia até maio de 1989, segundo a equipe de coordenação do PAE/Ministério da Agricultura *(1)

Estado	Projeto	Portaria Oficial	Área (ha)	População No. Famílias	Situação Fundiária	Rec. extrativos principais
Acre	São Luiz do Remanso	472/87	39.752	130	área desapropriada e destinada	seringa castanha
	Santa Quitéria	886/87	44.000	150	área desapropriada e destinada	seringa castanha
	Cachoeira	158/89	24.973	80	área desapropriada e destinada	seringa castanha
	Macauá	Projeto em criação	103.000	343	área desapropriada e destinada	seringa castanha, acaí
Sub-total	4		211.725	703		
Amapá	Maracá I	1440,27/10/88	75.000	214	área desapropriada e destinada	seringa castanha, acaí
	Maracá II	1441,27/10/88	22.500	94	área desapropriada e destinada	seringa castanha, acaí
	Maracá III	1442,27/10/88	226.500	760	área desapropriada e destinada	seringa castanha, acaí
Sub-total	3		324.000	1.771		
Amazonas	Antimari	1055/88	260.227	867	área desapropriada e destinada	seringa castanha
	Terraú	1/89	139.295	426	área desapropriada e destinada	seringa castanha
Sub-total	2		399.522	1.293		
Pará	Polígono dos Castanhais	P/1011-MIRAD Projeto em negociação	200.000	200	área desapropriada	castanha

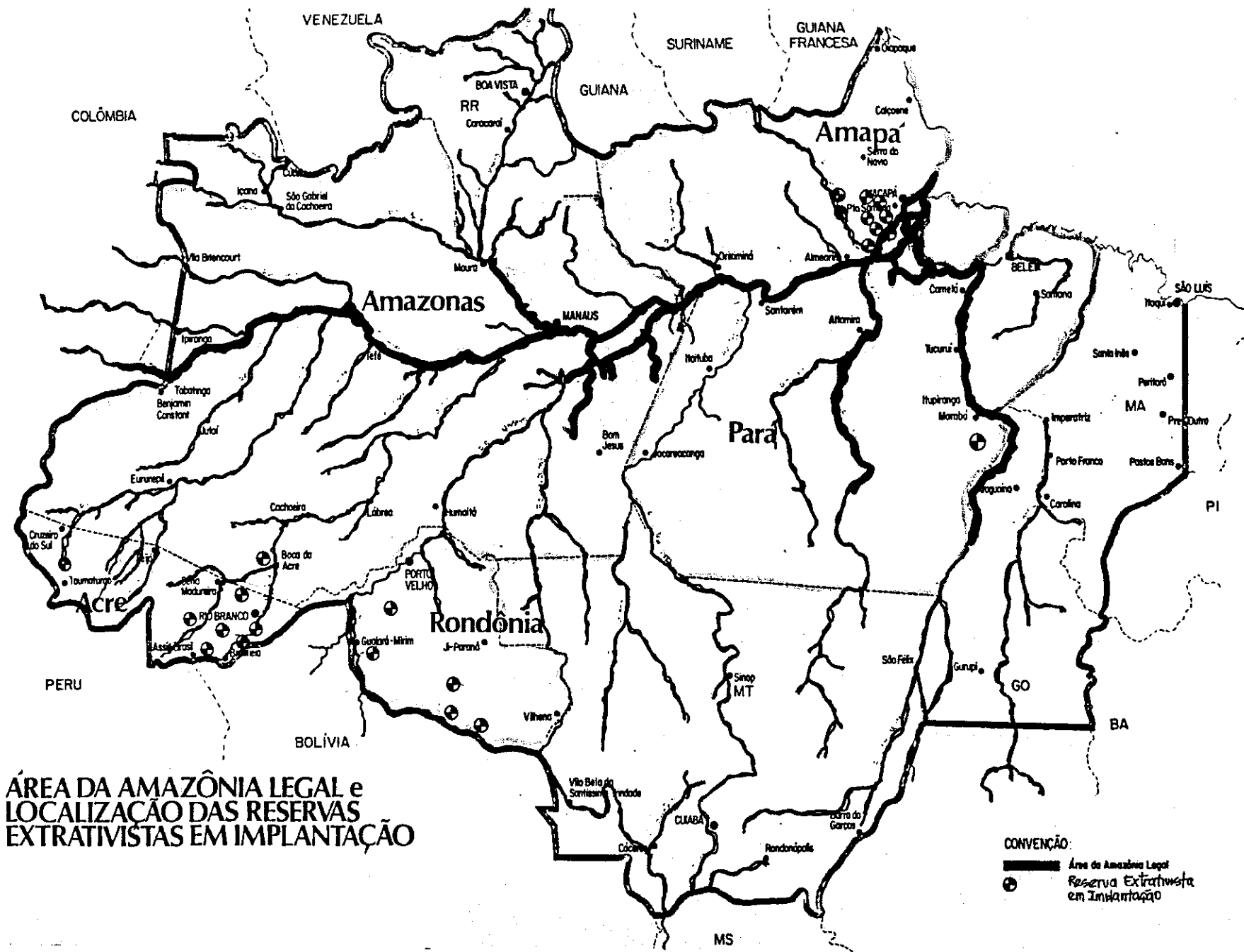
Rondônia	Rio Ouro Preto	As 05(cinco) áreas são indicadas no Plano de Zoneamento Sócio Econômico Ecológico de Rondônia Dec.3782 - 14/06/88	130.000	220	50% da União e o resto indefinido	seringa castanha
	Rio Pacaas Novos		140.000	*(2)	parte da área desapropriada	seringa castanha
	Rio Cautario		145.000	*(2)	50% da União e o resto indefinido	seringa castanha
	Rio Pedras Negras		180.000	*(2)	50% da União e o resto indefinido	seringa castanha
	Rio Jaci e Mutum Paraná		192.000	*(2)	O seringa Boa Esperança desapropriado; o restante indefinido	seringa castanha
Sub-total	5		787.000	220		
TOTAL	15		1.922.247	3.484		

Fontes : IEA - Instituto de Estudos Amazônicos
 Relatório Final do Seminário Planejamento e Gestão do Processo de Criação de Reservas Extrativistas na Amazônia, Curitiba, setembro de 1988.

Ministério da Agricultura, SEASC, Depto. de Apoio Técnico
 Coordenação do Projeto de Assentamento Extrativista
 "Proposta de Programação Plurianual para a Região Amazônica"
 Brasília, março de 1989.

*(1) Observação: Não inclui as áreas reivindicadas e em negociação na Região Amazônica

*(2) Observação: dados não divulgados/desconhecidos.

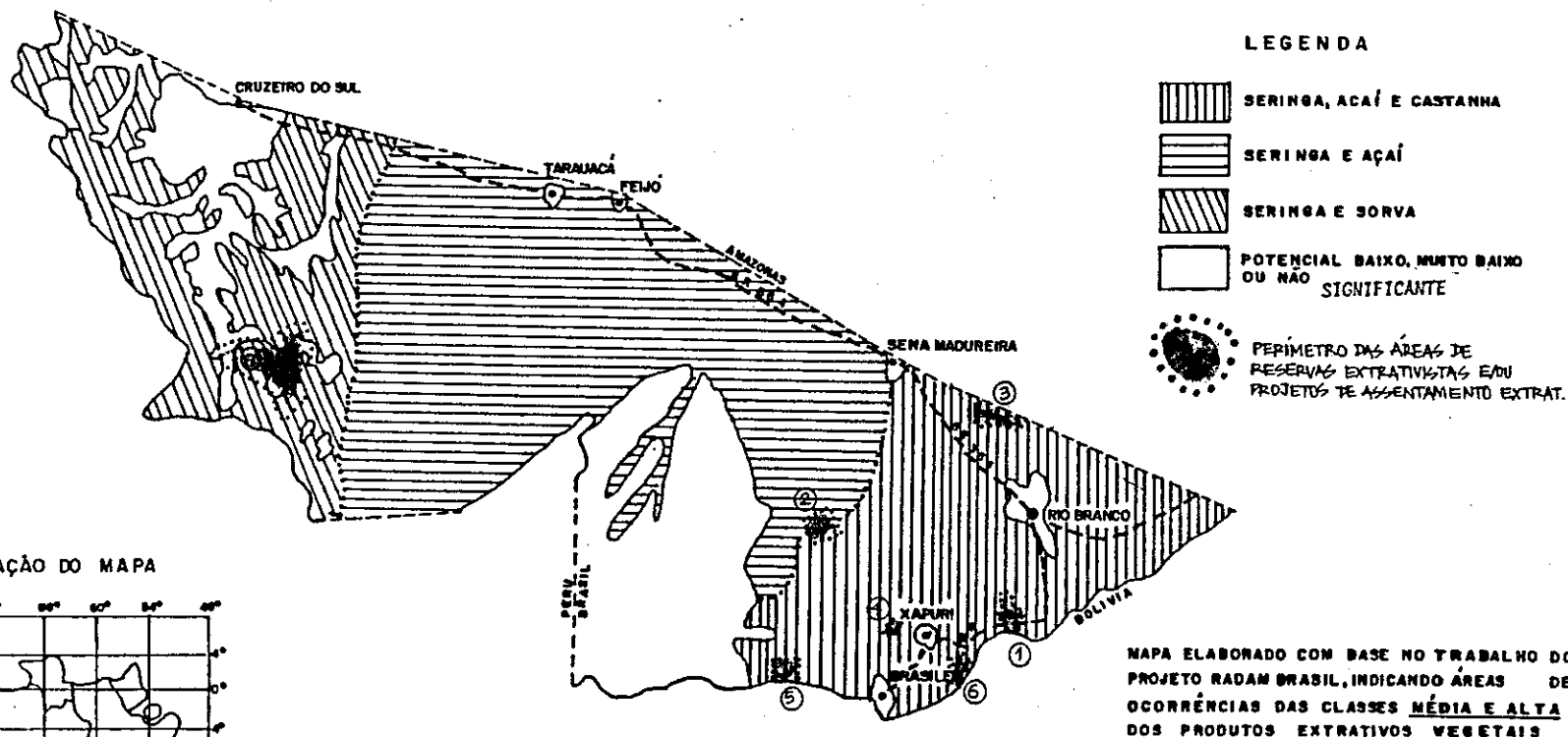


ÁREA DA AMAZÔNIA LEGAL e LOCALIZAÇÃO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS EM IMPLANTAÇÃO

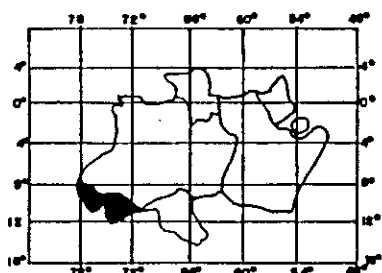
IEA-INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZÔNICOS
 Seminário "Planejamento e Gestão do Processo de Criação de Reservas Extrativistas na Amazônia", Curitiba, Setembro/1988.

ESTADO DO ACRE : EXTRATIVISMO VEGETAL

Classe de Capacidade Natural e Localização das Reservas Extrativistas (RE)
e/ou Projetos de Assentamento Extrativista (PAE), 1988.



LOCALIZAÇÃO DO MAPA



MAPA ELABORADO COM BASE NO TRABALHO DO
PROJETO RADAM BRASIL, INDICANDO ÁREAS DE
OCORRÊNCIAS DAS CLASSES MÉDIA E ALTA
DOS PRODUTOS EXTRATIVOS VEGETAIS

FONTE: MAPA DE USO POTENCIAL DA TERRA - 1979

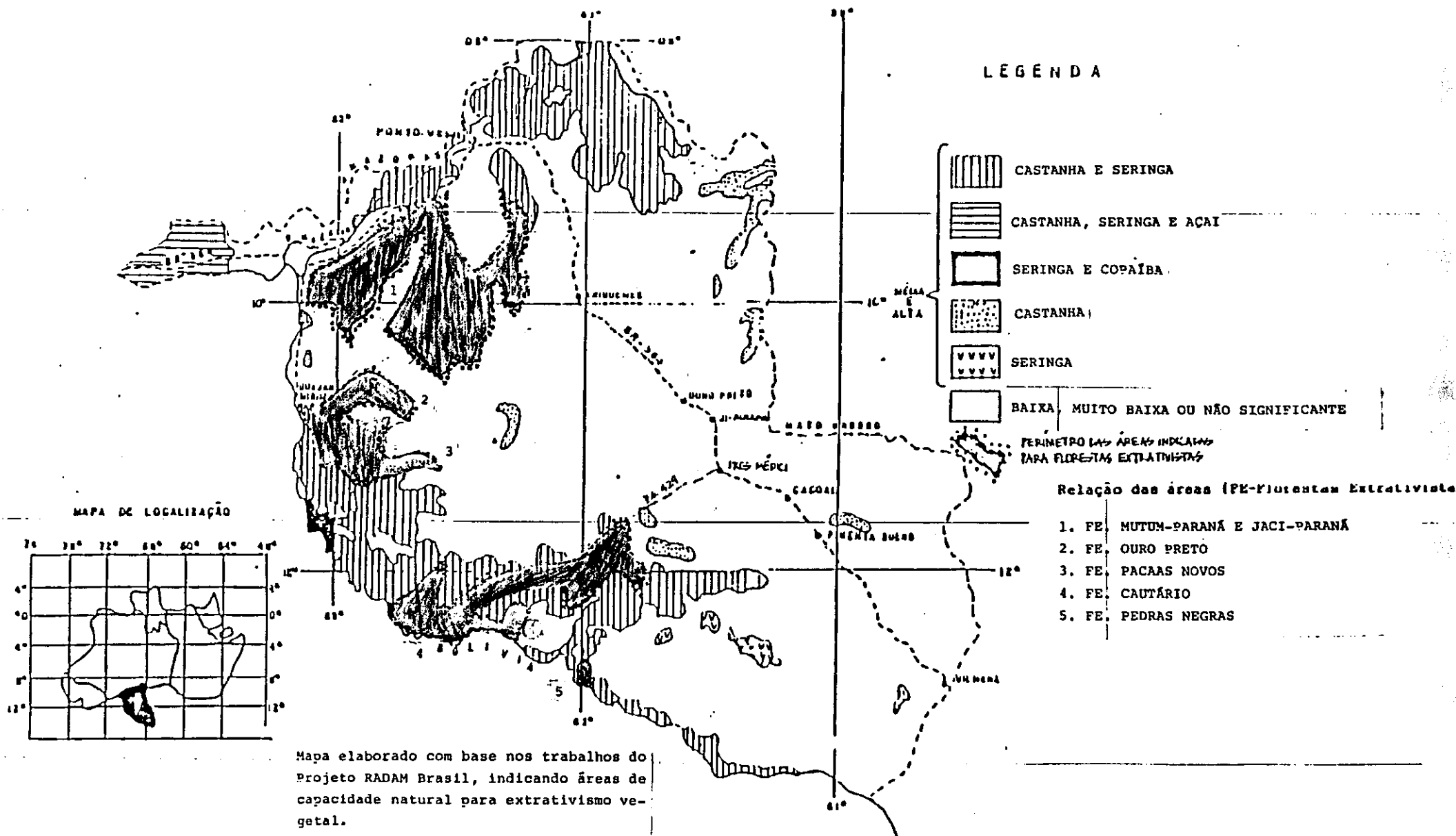
Relação de áreas (RE-Reservas Extrativistas e/ou
PAE-Projetos de Assentamento Extrativista)

- 1-PAE São Luis do Remanso
- 2-PAE Macauã
- 3-RE Figueira
- 4-RE Floresta
- 5-PAE Santa Quitéria
- 6-PAE Cachoeira
- 7-RE do Vale do Rio Tejo

IEA-INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZÔNICOS
Seminário "Planejamento e Gestão do Processo de Criação de
Reservas Extrativistas na Amazônia", Curitiba, Setembro/1988.

FONTE: MINISTÉRIO DA REFORMA E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
PROJETO DE ASSENTAMENTO EXTRATIVISTA, Brasília, 1987

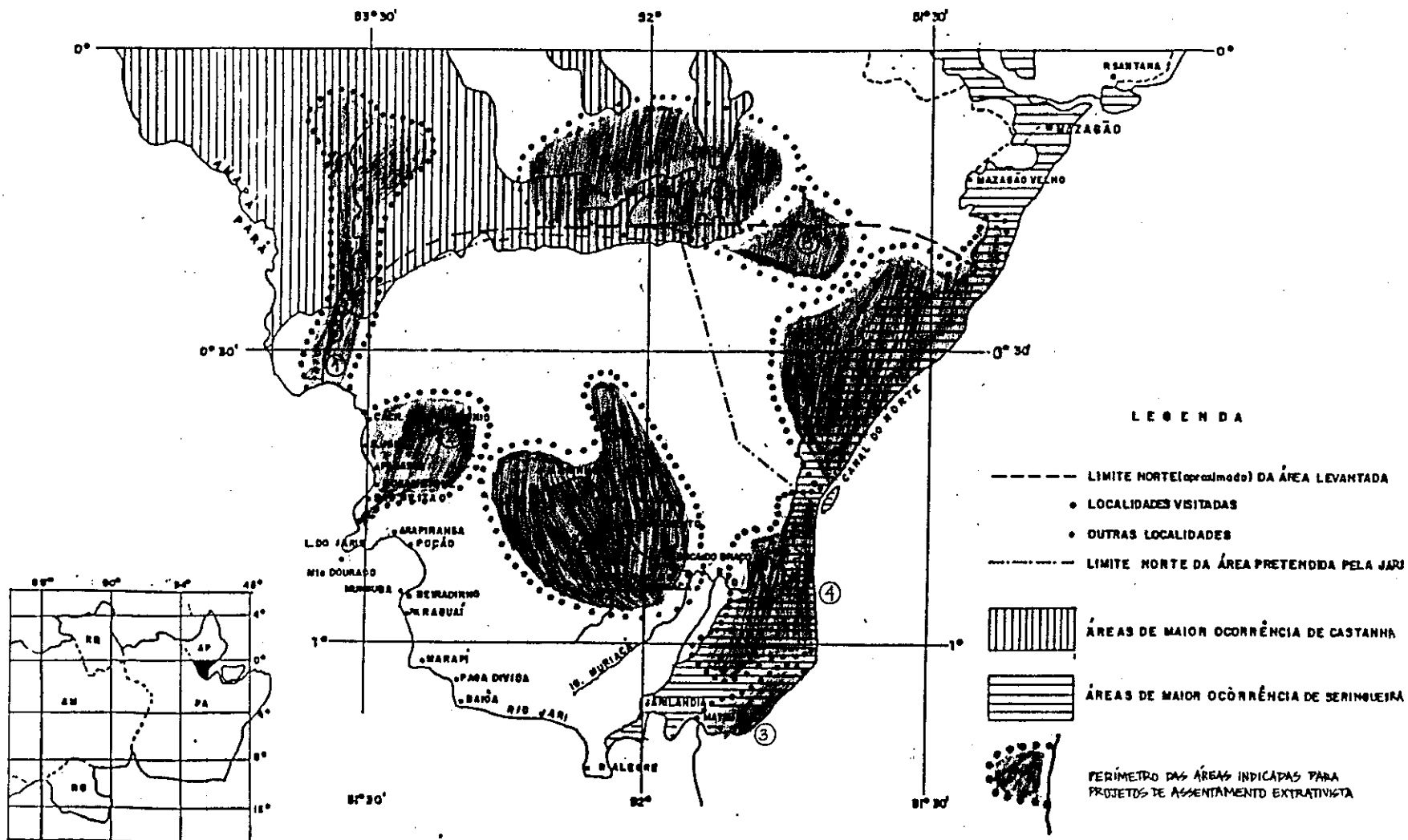
ESTADO DE RONDÔNIA : EXTRATIVISMO VEGETAL.
Classe de Capacidade Natural e Localização das Florestas Extrativistas
e/ou Reservas Extrativistas (RE), 1988.



IEA-INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZÔNICOS
Seminário "Planejamento e Gestão do Processo de Criação de Reservas Extrativistas na Amazônia", Curitiba, Setembro/1988.

FONTE: MINISTÉRIO DA REFORMA E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

ESTADO DO AMAPÁ: EXTRATIVISMO VEGETAL
MAPA DE LOCALIZAÇÃO DOS PROJETOS DE
ASSENTAMENTO EXTRATIVISTA (PAE)



IEA-INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZÔNICOS
Seminário "Planejamento e Gestão do Processo de Criação de
Reservas Extrativistas na Amazônia", Curitiba, Setembro/1988.

FONTE: MINISTÉRIO DA REFORMA E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
"Relatório de viagem ao Sul do Amapá", 10 a 30/1087,
Brasília/novembro de 1987.

Relação das áreas (PAE-Projetos de Assentamento
Extrativistas)

- 1-PAE Jari 1
- 2-PAE Jari 2
- 3-PAE Jari 3
- 4-PAE Cajari 1
- 5-PAE Cajari 2
- 6-PAE Cajari 3
- 7-PAE Maracá 1
- 8-PAE Maracá 2
- 9-PAE Maracá 3